

O PENSAMENTO DE FERNANDO OLIVEIRA SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA NA EUROPA DO SÉCULO XVI

AMANDA CIESLAK KAPP*

1. Introdução

Durante o século XVI, um conjunto inédito de tendências, caracterizado pela complexidade de seus questionamentos, atingiu parte dos homens que viverem neste recorte espacial e temporal, dando origem a novos postulados e formas de significar o mundo.

Não houve, porém, uma ruptura brusca e definitiva, sem traumas, heranças e questionamentos. As novas perguntas que provocaram a passagem do medievo para a Idade Moderna trouxeram consigo outras explicações de mundo e da natureza dos homens. Foi no interior de movimentos como o Renascimento, as reformas religiosas e as grandes navegações, que os pensadores buscaram encontrar respostas a fim de orientar e explicar a vida em sociedade, seja em seu aspecto religioso, político, econômico, cultural ou social.

Para Woortmann, tal contexto resultou da:

(...) formação de uma ambígua relação entre ciência e religião, já que o discurso científico se constitui em debate com o discurso religioso, e o campo da ciência se forma por desimbricamento do campo teológico. O Renascimento não conseguiu realizar plenamente essa separação, mas foi nesse período que ela se iniciou. Foi nesse período também que surgiram, no interior do próprio campo teológico, novas formulações, que fundarão a modernidade, e com ela as novas ciências e concepção do homem.
(WOORTMANN, 1997:15).

Após o impacto causado nas diferentes sociedades européias em decorrência de um contexto de novas descobertas, tanto territoriais, quanto no campo da natureza, e também de contato com outros povos que apresentavam diferentes formas

* Universidade Federal do Paraná – UFPR, mestranda bolsista do programa de reestruturação e expansão das universidades federais – REUNI.

organizacionais, foi necessário formular uma inédita (mesmo que baseada, ainda, em alguns princípios clássicos e medievais) forma de entender acontecimentos até então estranhos e desconhecidos, ou que as antigas estruturas filosóficas, religiosas e políticas não podiam mais captar, entender e explicar.

Em Portugal, tal contexto começou a acentuar-se com o advento de sua expansão marítima, que despontou como a primeira a lançar novas bases para este empreendimento, seguida posteriormente, por uma expansão européia. A precocidade de sua expansão causa espanto, devido ao nível de desenvolvimento observado em tal país em comparação às outras regiões da Europa.

Luís Filipe F. R. Thomaz em seu livro *De Ceuta a Timor*, apontou algumas possibilidades para a ampliação gradual do *Mare Nostrum* e o pioneirismo português na expansão marítima. O desenvolvimento da marinha e do comércio marítimo, a localização privilegiada, a centralização do poder através da estabilidade das fronteiras e de uma consciência de nacionalidade, a herança do espírito das Cruzadas e o ideal de guerra santa foram consideradas causas instrumentais e condições prévias para a expansão portuguesa, porém não determinantes.

Thomaz (1994) explicou a gênese da expansão portuguesa em decorrência da necessidade de sobrevivência de uma nobreza em crise, do desejo de novas rotas de comércio, onde fosse possível escoar os lucros provenientes das trocas, a da política de afirmação de um Estado moderno.

Portugal e seu pioneirismo na expansão marítima e comercial serviram como modelo para uma posterior expansão européia a partir dos inéditos moldes que impôs para esta empreitada. Charles R. Boxer concluiu que “a maior contribuição intelectual que os Portugueses, através das suas viagens marítimas, proporcionaram à Europa foi o conhecimento geográfico e a exactidão náutica.” (1999:21).

Fernando Oliveira, em seu manuscrito *Livro da Fábrica das Naus* (1580), desenvolveu o mais antigo tratado ibérico sobre a construção de embarcações, a pilotagem marítima e a estratégia da guerra no mar. Segundo Vanessa Loureiro esta obra “marca o momento em que a construção naval deixa de se encontrar confinada ao universo empírico dos mestres das ribeiras e outros estaleiros e começa a sofrer um processo de acreditação científica.” (2006:353).

É ainda dentro deste contexto que se construiu o posicionamento de Fernando Oliveira sobre a escravização e o comércio de negros, uma das questões centrais da constituição da expansão e consolidação do império marítimo português.

2. O pensamento e a produção de Fernando Oliveira:

Grande parte da trajetória e das obras de Fernando Oliveira foram recuperadas no final do século XIX, por Henrique Lopes de Mendonça, que em 1898, editou o *Livro da Fábrica das Naus*, juntamente com uma biografia sobre Oliveira, baseada em dados contidos em um de seus processos inquisitoriais, datado de 1547. Outros estudiosos preocuparam-se também em pesquisar a vida e o pensamento de Oliveira. Entre os mais proeminentes estão Quirino da Fonseca, Francisco Contente Domingues, Richard Barker e José Eduardo Franco.

Fernando Oliveira (1507 - ?) nasceu em Portugal, na vila de Aveiro e aos treze anos ingressou na Ordem de São Domingos, em Évora, local onde recebeu lições de André de Resende, um dos eruditos de seu tempo. A partir de 1532, sua trajetória tornou-se bastante agitada, tendo ele abandonado a Ordem, vivido em Castela e sido mestre de filhos de nobres famílias de Portugal, como a de João de Barros, o famoso cronista das Índias.

Em 1541, seguiu para a Itália por razões que se desconhecem, e de regresso a Portugal, ingressou como piloto, e não como clérigo, utilizando o nome de Martinho, em uma das vinte e cinco galés de uma armada francesa que passava pelo Tejo, com o objetivo de atacar a Inglaterra.

Segundo seus biógrafos, durante tais batalhas navais, Oliveira foi feito prisioneiro dos ingleses, passando a viver na Inglaterra, onde teria angariado uma posição de prestígio, declarando ser afeiçoado do rei Henrique VIII. Algum tempo depois, por interferência do jovem Eduardo VI, através de uma carta de recomendação para D. João III, retornou novamente à Portugal.

No ano de 1547, foi processado pela Inquisição, acusado de não considerar heréticas as idéias da Inglaterra protestante. Solto dois ou três anos depois, voltou a participar de missões náuticas e chegou a atuar na Universidade de Coimbra como revisor de imprensa e professor de Humanidades.

O Humanismo, neste momento, já tinha boas raízes em Portugal, representado por nomes como André de Resende, Damião de Góis e João de Barros. Apesar de os portugueses terem sido mais suaves na forma e mais equilibrados nas idéias, houve uma tentativa de revisão da Escolástica, de regresso à filosofia de fonte platônica ou aristotélica e de predileção pelo método experimental e pela verificação, em contraposição a autoridade e as sínteses medievais.

Tal movimentação teve como uma de suas principais expressões o esforço de reformar o Colégio das Artes, a partir de uma iniciativa de Dom João III. O intuito principal era o de renovar o quadro de mestres e reformular as bases do ensino de filosofia e de ciências.

Essa tendência de renovação do pensamento e do ensino foi detida pelos adversários portugueses do Humanismo, visando manter a segurança dos princípios religiosos católicos. (DIAS, 2006:60-90)

Em 1555, com a entrega dos principais estabelecimentos de ensino aos padres da Companhia de Jesus, e ao ostracismo de tudo o que se afastasse dos modelos tradicionais, Fernando Oliveira foi expulso da Universidade de Coimbra, e encarcerado mais uma vez pela Inquisição, sem que se conheça tal processo e o teor da denúncia.

Após esse episódio, apesar de saber-se que participou das lutas de sucessão, poucas pistas foram encontradas sobre seu paradeiro e morte. (FONSECA, 1937:10-18)

Ao longo de sua vida, Oliveira versou sobre as mais diversas temáticas. Em seus livros encontram-se estudos sobre gramática, arquitetura e arte náuticas, história e filologia. Devido a sua trajetória e aos seus escritos, pode ser considerado um eminente representante da vanguardista geração de eruditos humanistas aquilatados nos descobrimentos portugueses. (FRANCO, 2000:16).

Sua produção inclui manuscritos em que se preocupou em escrever a história de Portugal, intitulados *Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal* (1579/1580) e *História de Portugal*. Nessas obras, Oliveira construiu uma história de Portugal a serviço da mobilização da consciência coletiva, a partir do estabelecimento de mitos de origens, com uma finalidade política contra intentos externos, no contexto das lutas de sucessão.

Em seu livro *Arte da Guerra do Mar*, publicado em 1555, em Coimbra, além de discutir questões relacionadas a arte e arquitetura náuticas, nos quatro primeiros capítulos se debruçou sobre a temática da necessidade de se fazer guerras, sobre a função e legitimidade destas, chegando até a questão do domínio e escravização de outros povos, em especial, dos negros.

No interior da Península Ibérica, tais discussões foram pautadas em ideais cristãos que adivinham da interpretação da Bíblia e de bulas papais, importantes na validação destes pressupostos, a partir do estabelecimento de diretrizes para o comportamento dos europeus frente aos povos conquistados.

Tais bulas, especialmente as editadas a pedido da Coroa Portuguesa entre os anos de 1452-1456, autorizavam a expansão ultramarina portuguesa e davam ao reino liberdade de subjugar e escravizar os povos pagãos, caso fossem hostis ao nome de Cristo. Em 1537, a bula pontifícia *Sublimis Deus* (embora visando principalmente os índios) condenou a privação da liberdade e escravização, mesmo a dos não cristãos. Suas recomendações não foram acatadas, assim como a validade das anteriores não foi contestada. (BOXER, 2007:46)

Outra noção que pautou o comportamento dos colonizadores e pensadores frente às novas terras e povos foi a de escravidão desenvolvido por Aristóteles, para quem a distinção entre o homem livre e o escravo era ontológica. A diferença entre estes era natural, assim como a alma difere do corpo e o homem do animal.

Retomada por São Tomás de Aquino, a doutrina da escravidão natural foi defendida por pensadores e padres da Igreja. De acordo com seus pressupostos, a escravidão era justificada, já que os povos não cristãos, devido a sua inferioridade moral, deveriam ser guiados por aqueles que lhe eram moralmente superiores. Dessa forma, a escravidão foi legitimada como um meio de castigo, mas principalmente de salvação da alma. (PIMENTEL, 2007:300-310).

Apesar da grande maioria dos religiosos, pensadores e juristas terem centrado seus esforços e questionamentos na dominação dos índios das colônias portuguesas e espanholas, alguns deles preocuparam-se também com a questão da escravização e comércio de negros africanos.

Entre as vozes contrárias à escravização dos negros encontra-se o próprio Bartolomé de Las Casas, grande defensor dos índios. Segundo Carlos Josaphat, em sua

mocidade, Las Casas cedeu à corrente escravista negra, em uma tentativa de poupar os índios da América. Porém, durante sua maturidade, à época da escrita de suas relações sobre a História das Índias, já na segunda metade do século XVI, recriminou o tráfico de escravos negros. Entretanto, sua defesa aos negros foi tardia e não teve nenhuma repercussão em seu tempo, em comparação à sua defesa dos indígenas. (2000:298-304)

Aproximadamente um século mais tarde, o padre Antonio Vieira também se posicionou perante a escravização e ao tráfico de negros. Durante sua estada no Maranhão como padre missionário, sugeriu a substituição de escravos índios por negros vindos de Angola. Conforme explicitou Antonio José Saraiva (1976), Vieira acreditava que Deus permitiu a escravidão dos negros devido a sua saúde e porte físico e, em comparação com Cristo, o engenho representaria para os negros o mesmo que o calvário.

Mais de cinquenta anos depois, Vieira mostrou-se indignado com o tratamento dado aos africanos, entretanto continuou considerando a instituição da escravidão legítima, já que a produção de açúcar nos engenhos sobrevivia graças ao trabalho dos negros.

Outras críticas foram feitas à escravidão, mas, dirigiam-se apenas ao tratamento dado aos escravos, ao horror e à violência empregados pelos senhores aos cativos, não contrariando a instituição da escravidão, já que esta era algo que não se oporia nem ao Evangelho, nem a tradição cristã.

Fernando Oliveira discordou deste posicionamento. No interior deste contexto seu pensamento pode ser considerado se não original, ao menos incomum para sua época. Este contrariou a instituição da escravidão e criticou sua legitimação baseada na evangelização e salvação eterna dos escravos. Acerca desta questão escreveu:

Os que vão buscar esta gente não pretendem sua salvação porque se lhe tiram-se o interesse não iriam até lá (...) Nos tomamos destes a liberdade e a vida por engano (...) Quanto mais que muitos não ensinam seus escravos como conhecer e seguir a Deus, antes os constroem a fazer o que lhes mandam do que a lei de Deus e da sua Igreja, tanto que nem os deixam ouvir missa nem evangelho, nem saber a porta da Igreja para isso, nem guardar domingos e festas. (OLIVEIRA, 1937:24-25).

Ao publicar tal afirmação, este padre humanista do século XVI, refutou enfaticamente os argumentos legitimadores da colonização, dominação e escravização de outros povos baseadas em princípios teológicos evangelizadores. Sobre Oliveira, Charles Boxer afirmou:

Destruíu desdenhosamente os argumentos dos mercadores que afirmavam que ao comprarem escravos estavam a salvar almas, retorquindo que praticavam esse negócio pura e simplesmente por causa do lucro monetário. Os escravos eram não só comprados, conservados e tratados como gado, mas os seus filhos nasciam e cresciam também na escravidão, mesmo quando os pais eram batizados cristãos, facto para o qual não havia qualquer justificação moral. (BOXER, 1999:255).

A trajetória e a produção de Fernando Oliveira, sua ligação com a Inglaterra protestante em plena época da instituição da Inquisição em Portugal, pela qual foi processado, e a singularidade do seu posicionamento sobre a escravidão – uma prática fundamental e constitutiva do domínio ultramarino português - nos motivam a perseguir a trajetória deste indivíduo, com o intuito de perceber os desníveis dentro de uma mesma sociedade e as distintas formas de posturas do homem no interior de um contexto de situações específicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOXER, Charles Ralph. *O Império colonial português (1415-1825)*. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

_____. *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica. (1440-1770)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DIAS, José Sebastião Dias. *Portugal e a cultura europeia*. Porto: Campo das Letras, 2006.

FONSECA, Quirino da. *Comentário preliminar a Arte da Guerra do Mar*. Rio de Janeiro: Edição do Arquivo Histórico da Marinha, 1937.

FRANCO, José Eduardo. *O mito de Portugal. A primeira História de Portugal e a sua função política*. Lisboa: Roma Editora, 2000.

JOSAPHAT, Carlos. *Las Casas. Todos os direitos para todos*. São Paulo, Edições Loyola, 2000.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora de Universidade Estadual Paulista, 1992.

LOUREIRO, Vanessa. *O padre Fernando Oliveira e o Livro da Fábrica das Naus*. In: Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 9, número 2, 2006.

OLIVEIRA, Fernando. *Arte da Guerra do Mar*. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico da Marinha, 1937

PIMENTEL, Maria do Rosário. A expansão ultramarina e a lógica da guerra justa. In: MENEZES, Avelino de Freitas e COSTA, João Paulo Oliveira (coord.). *O reino, as ilhas e o mar oceano: estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*. Lisboa: Universidade dos Açores, 2007.

SARAIVA, Antonio José. *Vieira et l'esclavage des noirs*. In: Annales, número 6, nov-dez, 1976.

THOMAZ, Luís Filipe F.R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

VENDRAME, Calisto. *A escravidão na Bíblia*. São Paulo: Editora Ática, 1981.

WOORTMANN, Klass. *Religião e Ciência no Renascimento*. Brasília: UNB, 1997.